

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO				
1. APRESENTAÇÃO - Atendendo às exigências da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social da COMPANHIA DE ARMAZÊNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG, a Administração da Companhia apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis relativos ao exercício de 2013, emitidas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes da Lei n.º 6.404/76 e as suas alterações posteriores.				
2. MENSAGEM DA DIRETORIA - A Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG - é uma empresa de economia mista criada em 1957 pelo governo mineiro, com o objetivo de ampliar a capacidade de armazenamento de produtos agrícolas no Estado. Foi federalizada no ano de 2000 e encontra-se vinculada ao Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, MAPA. Atualmente, a Companhia está operacionalmente organizada por Unidades de Armazenagem e Negócios (UANs) em 17 municípios, localizados nas principais regiões produtoras de Minas Gerais: Noroeste Mineiro, Sul de Minas e principalmente no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.				
2.1 Análise de Desempenho da Economia e Reflexos sobre a CASEMG - O agronegócio brasileiro caminha para a próxima década com foco na competitividade e na modernidade, fazendo da utilização permanente da tecnologia um caminho para a sustentabilidade do País. A busca tem sido constante, rumo ao bom desempenho, apesar do clima de apreensão que ainda ronda os países desde 2008, após o estouro da mais recente crise econômica mundial. A CASEMG, empresa que tem na armazenagem sua principal fonte de sustentação, sente o reflexo dessa situação, mas sua Diretoria, técnicos e colaboradores reconhecem que, assim como faz o agronegócio, vencerá as dificuldades ora apresentadas se for moderna, eficiente e competitiva. Ainda que a crise econômica mundial persista, o mercado externo se mantém favorável às nossas commodities agrícolas. Por seu lado, o mercado interno se recende da queda do Real frente ao Dólar, fazendo com que o consumo interno se retraia. Mas deve-se ressaltar que apesar dessa dicotomia, o agronegócio praticamente vem, ano a ano, mantendo certo padrão das famílias brasileiras e salvando a nossa balança comercial, sinalizando para o crescente aumento da produção. O assunto em pauta é relevante para a CASEMG. Como o negócio da Companhia é a armazenagem, os aumentos dos contratos externos do setor também elevam consideravelmente o fluxo de exportação, reduzindo a estadia de produtos em nossas Unidades de Armazenagem e Negócios (UANs). É neste ponto que precisamos mostrar maior eficiência competitiva. Uma saída urgente para essa situação seria investir no sistema de transbordo de grãos. Além do baixo risco, em relação à armazenagem de médio prazo, a operação de transbordo poderá ampliar o faturamento da Empresa, principalmente ao se analisar os gargalos logísticos na combalida infraestrutura rodoviária o País. Dados da Confederação de Agricultura e Pecuária (CNA) apontam que o agronegócio brasileiro fechou o ano de 2013 com alta de 3,56%, totalizando R\$ 1 trilhão, em franca recuperação em relação ao ano de 2012. Como apontam os especialistas do setor, o Brasil é quase imbatível na produção de commodities necessárias para a sobrevivência da população mundial. Assim, sempre haverá a necessidade de armazenamento, mesmo que temporário, resistindo nessa questão a razão de ser da Companhia de Armazenamento e Silos do Estado de Minas Gerais. Por isso, para se ter sucesso nesse mercado, faz-se necessário a CASEMG recuperar e modernizar seus armazéns, tornando-os mais eficientes e dinâmicos, o que possibilitará ampliar a segurança em armazenagem. O retorno seguro desse investimento é a fidelização de clientes e a conquista de novos contratos, criando-se um círculo virtuoso para a Companhia. Em 2013, a Diretoria Executiva, visando o saneamento e a recuperação econômica e financeira da Companhia, adotou diversos procedimentos que começam a surtir resultados positivos. Dentre essas medidas pode-se citar: Revitalização da área comercial: A estrutura organizacional da Companhia sofreu alterações em dezembro/2013. Os gerentes das Unidades Armazenadoras, fiéis depositários das mercadorias armazenadas, estão com novas atribuições, inclusive a de promover e gerenciar a captação de produtos do agronegócio, executando a política anual de comercialização da Companhia, juntamente com a Diretoria Operacional. Essa descentralização dos negócios de armazenagem tam-				
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO - Em reais				
ATIVO	Nota	2013	2012	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDONota
CIRCULANTE		3.660.334	1.650.480	CIRCULANTE
Caixa e Bancos		124.355	460.315	Fornecedores
Aplicações Financeiras		1.069	1.006	Obrigações Fiscais
Duplicatas a Receber	4	1.003.479	960.706	Salários e Contribuições Previdenciárias
Adiantamentos		26.246	37.216	Obrigações a Terceiros
Tributos a Compensar	5	7.310	9.744	Parcelamento Lei 11.941/2009
Concessão de Direito Real de Uso	6	42.909	42.663	Parcelamento CEMIG
Outros Créditos e Valores a Receber	8	2.063.201	2.303	Parcelamento Previdenciário
Estoque de Almoarifado		108.838	90.638	Parcelamento não Previdenciário
Despesas Antecipadas		251.127	7.696	(-) Juros a Apropriar
Ressarcimento de Clientes	7	31.799	38.193	Provisão p/ Ações Trabalhista/Cíveis
NÃO CIRCULANTE		17.079.421	19.815.356	Acordos Trabalhistas
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.010.690	1.030.402	Pensões Judiciais
Depósitos Recursais	9	117.307	135.766	NÃO CIRCULANTE
Valores Bloqueados pela Justiça	9	49.190	52.150	Provisão para Ações Cíveis
Créditos a Compensar c/ Impostos Munic.	10	845.445	845.445	Parcelamento Lei 11.941/2009
Duplicatas a Receber em Cobrança Judicial ..	11	424.637	426.232	Parcelamento CEMIG
(-) Perdas no Recebimento de Créditos ..	12	(425.889)	(429.191)	Parcelamento Previdenciário
IMOBILIZADO		15.685.054	18.401.277	Parcelamento Não Previdenciário
IMOBILIZADO	13	149.379.290	149.049.583	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(-) Depreciação Acumulada		(133.694.236)	(130.648.306)	Capital Social
INTANGÍVEL	13	383.677	383.677	(-) Prejuízos Acumulados
TOTAL DO ATIVO		20.739.755	21.465.836	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras				
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em reais				
	Nota	Capital Social	Integralizado	Lucros (Prejuízos) Acumulados
Saldos em 31/12/2012			26.814.711	(13.699.101)
Ajustes de exercícios anteriores a 2013	23			7.971
Lucro (Prejuízo) do Exercício 2013				(8.412.875)
Saldos Finais em 31/12/2013			26.814.711	(22.104.005)
	Nota	Capital Social	Integralizado	Lucros (Prejuízos) Acumulados
Saldos em 31/12/2011			26.814.711	(8.709.133)
Ajustes de exercícios anteriores a 2012	25			(47.205)
Lucro (Prejuízo) do Exercício 2012				(4.942.763)
Saldos Finais em 31/12/2012			26.814.711	(13.699.101)
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras				
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 - Em reais				
NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL - A Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG é uma sociedade por ações, constituída através da Lei nº 1643 de 06 de setembro de 1957, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, com capital social subscrito e integralizado. Quanto à sua estrutura física, esta é composta de vinte e duas (22) Unidades de Armazenagem e Negócios no Estado de Minas Gerais. Tem como principal objetivo armazenar e ensilar produtos do agronegócio, bem como exercer o comércio de produtos similares aos recebidos em depósitos, na forma do Decreto nº 3.855 de 03 de julho de 2001. Em 26 de maio de 2000, mediante contrato de compra e venda, realizou-se a transição acionária do Governo do Estado de Minas Gerais para a União, não havendo qualquer modificação das atividades operacionais. Encontra-se a empresa incluída no Programa Nacional de Desestatização (PND), cujo processo de caracterização de federalização apresenta-se atualmente em tramite no Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG.				
NOTA 2 - APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância das normas do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, Lei das Sociedades por Ações, 6404/76 e alterações introduzidas pelas Leis 11638/07 e 11941/2009. As demonstrações contábeis integram as alterações trazidas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade- NBC, Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.				
NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - 3.1.				

bém conta com o apoio da Gerência Técnica Operacional (GETOP) e Gerência de Controle Operacional (GEROC), criadas na nova estrutura organizacional com o objetivo de subsidiarem a Diretoria Técnico-Operacional no que tange aos estudos técnicos que orientem as tomadas de decisões que visem à implantação de ações destinadas a aprimorar a gestão da área operacional, além de coordenar a avaliação do desempenho global das atividades desenvolvidas pelas Unidades de Armazenagem e Negócios. As alterações estruturais estão regulamentadas pelo Regimento Interno da Companhia e foram aprovadas pelo Conselho de Administração (CONSAD).

Vale destacar que estão sendo promovidos estudos com vistas à modernização do sistema operacional da empresa, promovendo através de um novo sistema a ser implantado para maior agilidade, segurança, modernidade e transparência na execução das operações de transbordo e armazenagem.

Nova Estrutura da Diretoria Executiva: A Assembleia Geral Extraordinária, no dia 13/09/2013, promoveu a alteração do Estatuto Social da Companhia redefinindo a estrutura organizacional, com o desmembramento das funções do Diretor Presidente e Técnico Operacional para Diretor Presidente e Diretor Técnico-Operacional, e a junção das diretorias Administrativa e Financeira. Composto então as diretorias da CASEMG Diretor-Presidente; Diretor Técnico Operacional; e Diretor Administrativo e Financeiro. O Objetivo é dar maior celeridade às ações institucionais e operacionais, ampliando as parcerias com novos clientes e cooperações técnicas.

Controles Operacionais: No final do exercício a Companhia deu um passo importante na rigidez dos controles operacionais. Reformulou o Regulamento Interno sobre a prestação de serviços- INO-01 de acordo com a lei de armazenagem e regulamentou o destino das sobras técnicas, estabelecendo as diretrizes para a gestão das movimentações de mercadorias de terceiros em consonância com os contratos de depósito que representam, a fim de se efetuar controle através de conciliação dos estoques físicos e contábeis, e o devido registro contábil e fiscal das sobras técnicas que podem surgir. A sobra técnica é o resultado da apuração de efetiva sobra de peso depois de findada a movimentação contábil de todos os lotes de uma espécie de mercadoria e que tenham sido rigorosamente cumpridas as cláusulas avençadas em todos os contratos de depósito que os rege.

Alienações, Concessões e Desativações de UANs: Visando o levantamento de recursos suficientes para a recuperação e modernização das Unidades Armazenadoras da Companhia, iniciou-se em 2013 o levantamento das Unidades de Armazenagem que há muito tempo vem acumulando prejuízos pertinentes às suas atividades. Esse trabalho objetiva as possibilidades de alienação, concessão ou desativação.

Em parceria com a Caixa Econômica Federal - CEF foi iniciado o processo de avaliação de parte dos imóveis, e a fim de acelerar as avaliações também foram contratados avaliadores independentes filiados ao Conselho Nacional de Corretores de Imóveis (COFECI-CRECI).

A Diretoria Executiva estabeleceu um cronograma para a venda de bens imóveis, particularmente os já autorizados para alienação pelo Conselho Nacional de Desestatização (CND). Uma alienação bem-sucedida foi do imóvel de Manga, unidade de armazenagem desativada há vários anos, que foi vendida em concorrência pública no dia 02/12/2013, após avaliação da CEF. As unidades de Paracatu e Bonfinópolis, não operacionalizadas em 2013 e com problemas ambientais, fazem parte da lista de UANs a serem alienadas.

Redução de gastos com energia elétrica: No exercício de 2013, com apoio da Diretoria, o setor de manutenção da CASEMG conseguiu reduzir os gastos com energia nas Unidades Armazenadoras na ordem de 32%. Para 2014, a meta da Diretoria é manter a perseguição da eficiência energética e redução de gastos, alocando novos recursos para a modernização ou a transformação dos equipamentos das Unidades. Para isso, conta com o sucesso das alienações dos bens imóveis inservíveis ou desativados.

Está em estudo pela Diretoria Técnica-Operacional um novo projeto de eficiência energética, abrangendo aspectos de gestão energética. Os objetivos destacados dessa nova ação visam a pequeno, médio e longo prazo, evitar o desperdício de energia e substituir métodos antigos operacionais por métodos novos mais eficientes, econômicos e modernos, em todas as formas de consumo de energia utilizadas na Companhia, tendo como meta redução de custos operacionais.

Ativos circulares e não circulares: São apresentados por valores de custo ou de realização, e incluem quando requerido, as variações monetárias e rendimentos. Estão classificados no circulante os ativos cuja realização ou recebimento dar-se-á em período inferior a um ano e no não circulante os ativos cuja realização dar-se-á em período superior a um ano e ainda os investimentos em ativo imobilizado.

3.1.1. Disponibilidades e aplicações financeiras: Estão avaliadas ao custo, sendo as aplicações financeiras demonstradas pelos valores aplicados, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. De acordo com a Resolução CMN nº 3284/2005 a Companhia efetua aplicação em fundos de investimentos administrados pelo Banco do Brasil.

3.1.2. Contas a receber: São apresentados pelos respectivos valores de realização, bem como da provisão para perdas para fazer face às eventuais perdas no recebimento dos créditos. As estimativas para perdas foram feitas de acordo com a Lei nº 9430/96.

3.1.3. Estoques de almoxarifado: Os estoques estão representados por materiais de manutenção e consumo para as Unidades Armazenadoras.

3.1.4. Imobilizado: Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando as estimativas de vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto Federal nº. 3.000/99 e na Instrução Normativa SRF nº. 162/98.

3.1.5. Demais ativos circulares e não circulares: Os demais ativos circulares e realizáveis em longo prazo são demonstrados pelo valor de custo ou líquido de

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em reais		
	2013	2012
RECEITA DE VENDA DE SERVIÇOS	14.668.692	15.937.074
(-) DEDUÇÕES DA REC. DE VENDAS DE SERVIÇOS	(1.719.327)	(1.689.003)
(-) COFINS E PIS NÃO CUMULATIVO, ISSQN, ICMS	(1.995.715)	(2.126.515)
(+) CRÉDITOS PIS/COFINS NÃO CUMULATIVO	276.388	437.512
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS DE SERVIÇOS	12.949.365	14.248.071
(-) CUSTOS OPERACIONAIS	(13.760.303)	(14.570.029)
LUCRO / PREJUÍZO BRUTO	(810.937)	(321.958)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(7.974.503)	(5.815.430)
(-) Despesas Gerais e Administrativas	(5.339.598)	(4.685.389)
(-) Contingências Trabalhistas e Cíveis	(2.637.201)	(1.166.936)
Reversão de Provisões Constituídas (Nota 20)	2.296	36.895
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	1.634.055	1.578.255
Outras Receitas Operacionais	1.675.649	1.617.634
(-) Outras Despesas Operacionais (Nota 21) ..	(41.594)	(39.378)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS (Nota 24)	(1.261.480)	(383.366)
Receitas financeiras	41.908	146.421
(-) Despesas Financeiras	(1.303.388)	(529.787)
RESULTADO OPERACIONAL	(8.412.865)	(4.942.499)
OUTROS RESULTADOS	(9)	(264)
(-) Perda na Baixa de Ativo Imobilizado	(9)	(264)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(8.412.875)	(4.942.763)
Prejuízo líquido por lote de mil ações do capital social	(0,20)	(0,12)
Quantidade de ações ao final do exercício	40.212.516.561	40.212.516.561
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras		
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA- MÉTODO INDIRETO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 - Em reais		
ATIVIDADES OPERACIONAIS	2013	2012
Prejuízo do exercício	(8.412.875)	(4.942.763)
Aumentos(diminuições) dos itens que não afetam o caixa		
Depreciação	3.049.961	3.055.620
Despesas juros	3.663	-
Receitas juros	-	(10.308)
Perda do imobilizado	10	264
Reversão de provisões de créditos	(2.296)	(36.895)
Prejuízo de exercício ajustado	(5.361.537)	(1.934.082)
Variações ATIVO		
Aumento (Diminuição) de Duplicatas a Receber	(42.772)	257.290
Aumento (Diminuição) de Concessão Direito Real de Uso	(245)	55.822
Aumento (Diminuição) de outros créditos	(2.060.898)	-
Aumento (Diminuição) Despesas Antecipadas	(243.430)	164.877
Aumento (Diminuição) Ressarcimento Clientes	6.393	63.210
Aumento (Diminuição) Estoque de Almoarifado ..	(18.200)	86.187
Aumento (Diminuição) Tributos a compensar	2.433	202.832
Aumento (Diminuição) de Adiantamentos	10.969	38.793
Aumento (Diminuição) Depósitos Recursais	18.459	106.024
Aumento (Diminuição) de INSS a Compensar	-	121.757
Aumento (Diminuição) Valores Bloqueados	2.960	1.160.857
Aumento (Diminuição) Duplicatas a receber em cobrança judicial	1.594	20.658
Aumento (Diminuição) de provisão de perdas	3.302	(10.546)
Total	(2.319.435)	2.267.761
Variações PASSIVO		
Aumento (Diminuição) de Fornecedores	400.685	(21.704)
Aumento (Diminuição) de Obrigações Fiscais	516.516	225.905
Aumento (Diminuição) de Salários e Contribuições Sociais	1.267.503	280.072
Aumento (Diminuição) de Obrigações a Terceiros	5.769	10.129
Aumento (Diminuição) do Parcelamento CEMIG (CP/LP)	(353.113)	546.094
Aumento (Diminuição) Provisão Contingências Trabalhistas(CP/LP)	(80.000)	(1.175.013)
Aumento (Diminuição) de Acordos Trabalhistas	(735.893)	(1.499.311)
Aumento (Diminuição) de Ações Cíveis e Pensões (CP/LP)	4.024.753	639.573
Aumento (Diminuição) Parcelamento da Lei 11.941/2009 (CP/LP)	(143.664)	(117.122)
Aumento (Diminuição) Parcelamento Previdenciário (CP/LP)	1.799.959	684.502
Aumento (Diminuição) Parcelamento não Previdenciário (CP/LP)	918.779	398.762
Aumento (diminuição) Juros a apropriar	57.528	(100.745)
Total	7.678.822	(128.858)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições do Ativo Imobilizado	(333.747)	(309.457)
Diminuição líquida de Caixa	(335.897)	(104.636)
Caixa no início do período	461.321	565.957
Caixa no fim do período	125.424	461.321
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras		

realização, dos dois o menor e, incluem quando aplicável os rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço.

3.2. Classificação dos passivos circulares e não circulares: São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias ou contratuais incorridas.

3.2.1. Provisão para contingências: A provisão para contingências está relacionada aos processos de natureza trabalhista e cível, foi constituída pela Companhia como resultado de eventos passados, tendo como base as ações em andamento acompanhadas pelo setor jurídico.

3.2.2. Demais passivos circulares e não circulares: São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos dos correspondentes encargos até a data do balanço.

3.3. Apuração do resultado: O resultado das operações sociais é pelo regime contábil de competência de exercício.

NOTA 4 - DUPLICATAS A RECEBER DE CLIENTES (Ativo Circulante) - O saldo de R\$ 1.003.479 em 31 de dezembro de 2013 e R\$ 960.706 em 31 de dezembro de 2012 referem-se a valores a receber de clientes, decorrentes da prestação de serviços de armazenagem e transbordo de produtos e não recebidos até 31 de dezembro, conforme detalhamos a seguir:

UNIDADES	POSIÇÃO EM	POSIÇÃO EM
ARMAZENADORAS	2013	2012
Alfenas	-	-
Araguari	3.938	84.033
Bonfinópolis	1.534	1.533
Burit	-	70.000
Capinópolis	144.720	120.785
Centralina	27.810	-
Conceição das Alagoas	16.116	38.567
Frutal	31.454	8.486
Ituiutaba	156.802	92.009
Monte Carmelo	171.819	101.677
Paracatu	65.416	65.896
Passos	6.659	-
Patos de Minas	79.499	52.538
Patrocínio	123.233	179.735
Sacramento	-	-
Santa Vitória	17.506	5.059
Tupaciguara	193	2.741
Uberaba	4.016	32.475
Uberlândia	152.764	105.172
Unai	-	-
TOTAL	1.003.479	960.706

NOTA 5 - TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR (Ativo Circulante) - O total de R\$ 7.310 está composto por: R\$ 2.341 de INSS, R\$ 710 relativo à Imposto de Renda, R\$ 438 de Cofins, R\$ 95 de PIS, R\$ 146 de Contribuição Social e R\$ 3.580 de ISS a recuperar.

NOTA 6 - CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO (Ativo Circulante) - Refere-se ao saldo a receber de contratos de Concessão de Direito Real de Uso firmados pela Companhia no total de R\$ 42.909 em 2013 e R\$ 42.663 em 2012.

NOTA 7 - RESSARCIMENTO DE CLIENTES (Ativo Circulante) - Os saldos de R\$ 31.799 em 2013 e R\$ 38.193 em 2012 referem-se a valores a serem ressarcidos por clientes pelos serviços de carga e descarga executados por trabalhadores avulsos com intermediação do Sindicato de Braçagistas e respectivos encargos sociais.

NOTA 8 - OUTROS CRÉDITOS (Ativo Circulante) - O saldo de R\$ 563.202 trata-se de: R\$ 4.660 de depósito de FGTS efetuado indevidamente pela Companhia, o processo encontra-se em andamento, R\$ 558.542 referente a depósito judicial efetuado pela cliente ADM do Brasil Ltda de serviços prestados na Unidade de Capinópolis e R\$ 1.500.000 do valor do imóvel de Três Pontas devido ao cancelamento da alienação, onde o comprador terá que devolver o imóvel a CASEMG.

NOTA 9 - DEPÓSITOS RECURSAIS/VALORES BLOQUEADOS PELA JUSTIÇA (R. L. PRAZO) - O saldo de R\$ 166.497 em 2013 e de R\$ 187.916 em 2012 são de valores bloqueados pela justiça do trabalho, para garantia de parte do pagamento de indenizações de ações que estão sub-júdice.

Em dezembro de 2013, o saldo compõe-se de: depósitos recursais R\$ 117.307 e valores bloqueados pela justiça R\$ 49.190.

NOTA 10 - CRÉDITOS E VALORES - O montante de R\$ 845.445 refere-se ao crédito apurado no registro da Escritura Pública de Confissão e Compensação de Débitos recíprocos firmados entre a Prefeitura Municipal de Frutal e a CASEMG. Conforme consta na escritura a diferença do crédito a favor da CASEMG será revertida a título de compensação de débitos de IPTU, incidentes sobre os imóveis de propriedade da Companhia na cidade de Frutal, e do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza- ISSQN, que incide sobre o faturamento dos serviços prestados de armazenagem.

Devido ao descumprimento do acordo por parte de município de Frutal, foram ajuizadas pela Companhia as ações cabíveis.

NOTA 11 - DUPLICATAS A RECEBER DE CLIENTES EM COBRANÇA JUDICIAL (R. L. PRAZO) - Os saldos de R\$ 424.637 em 2013 e de R\$ 426.232 em 2012, decorrem de valores a receber relativos aos clientes em cobrança judicial. Em 2013, foi realizada uma baixa de cliente no valor de R\$ 1.595 devido ao arquivamento do processo, conforme informada a Comunicação Interna ASJUR 74/2013.

NOTA 12 - PERDAS NO RECEBIMENTO DE CREDITOS (R. L. PRAZO) - Constituída a provisão para perdas com base na Lei nº. 9430/96 e Instrução Normativa SRF 93/97, para fazer face às perdas no recebimento dos créditos de Duplicatas a Receber registradas em conta de "Duplicatas a Receber em Cobrança Judicial".

Em 2013, ocorreu baixa de: R\$ 1.595 referente arquivamento de processo de cliente, informado através da Comunicação Interna ASJUR 74/2013 e reversão de provisão de R\$ 2.296 oriunda de recebimento de cliente através de leilão. Foram provisionadas no exercício perdas de R\$ 589 que são relativas às duplicatas vencidas e não liquidadas até 31/12/2011.

Provisão p/ Perdas no Recebimento de Créditos	
Sado Inicial	429.191
Baixa de cliente e reversão de provisão	(3.891)
Provisão para perdas em 2013	589
Reversão de provisão	
Saldo Final	425.889

NOTA 13 - IMOBILIZADO/INTANGÍVEL (Ativo não Circulante)			
	Taxa anual depreciação	2013	2012
Terrenos		602.172	602.172
Edificações	4%	8.991.702	8.991.702
Máquinas e Equipamentos	10%	47.248.793	47.249.388
Móveis e Utensílios	10%	1.856.781	1.846.282
Veículos	20%	210.633	210.633
Armazéns e Silos	4%	89.431.460	89.293.460
Obras em andamento		473.517	293.920
Direitos de Propriedade		-	-
Equipamentos de Informática	20%	564.231	562.026
		149.379.289	149.409.583
(-) Depreciação Acumulada		(133.694.235)	(130.648.306)
TOTAL IMOBILIZADO		15.685.054	18.401.277
INTANGÍVEL			
Direitos e Propriedades		383.677	383.677
TOTAL INTANGÍVEL		383.677	383.677

Principais alterações no Imobilizado em 2013: baixas de bens móveis de R\$ 4.042, cujo resultado líquido, está apresentado na Demonstração de Resultado pela perda de R\$ 10; adição em armazéns e silos diversos de R\$ 138.000 referente ao encerramento da obra de recuperação, montagem, pintura silo metálico na Unidade de Uberlândia.

Na conta "obras em andamento" estão registrados na Unidade de Uberlândia os valores de 8 (oito) parcelas pagas no total de R\$ 293.920 referente ao processo de aquisição e montagem do elevador do Silo 01 e R\$ 179.597 da obra do sistema de contenção das moegas 1 e 2.

NOTA 14 - OBRIGAÇÕES FISCAIS (Passivo Circulante)			
	2013	2012	
IRRF/COFINS/PIS/Outros Impostos Retidos	842.033	348.099	
Imposto s/ Serviço Qualquer Natureza - ISSQN	113.582	88.900	
Imposto s/ Circulação de Mercadorias - ICMS	-	2.100	
IPTU e outras taxas Municipais	25.245	25.244	
TOTAL	980.860	464.343	

Os saldos de IRRF/COFINS/PIS e outros impostos retidos referem-se: provisão de COFINS de agosto, PIS e Cofins de setembro a dezembro/2013, IRRF e Impostos retidos da Lei 10.833 de junho a dezembro de 2013 a serem pagos.

O valor do IPTU de R\$ 25.244 dos exercícios de 2010 a 2012 e parte do ISSQN de R\$ 82.903 relativos aos exercícios de 2005 a 2013, referem-se aos valores a compensar do acordo firmado através da Escritura de Quitação e Compensação de Débitos Recíprocos não cumpridos pelo Município de Frutal, cuja ação foi ajuizada pela Companhia.

NOTA 15 - PARCELAMENTO DA LEI 11.941/2009 (Passivo Circulante e Não Circulante) - Esta conta é composta por débitos de INSS, COFINS, PIS e FUNDAF de exercícios anteriores a 2000 incluídos no REFIS cuja dívida foi reparcelada em cento e vinte (120) meses conforme consolidação em 2011 pela Receita Federal do Brasil- RFB, nos termos da Lei nº 11.941/2009, sendo a mesma atualizada com juros devidamente apropriados em conta de Resultado. Abaixo os saldos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

	2013	2012
Dívida Consolidada	2.195.925	2.313.047
(-) Pagamento de parcelas no exercício	(269.577)	(251.289)
(+) Apropriação de juros	125.911	134.167
Saldo devedor do parcelamento	2.052.259	2.195.925
Dividido em:		
Passivo Circulante	283.858	266.012
Exigível em Longo Prazo	1.768.401	1.929.913
Total	2.052.259	2.195.925

NOTA 16 - PARCELAMENTO CEMIG (Passivo Circulante) - O saldo de R\$ 309.049 em 2013 se refere a 9 (nove) parcelas restantes dos contratos de parcelamentos de números: 8008224894; 59195917 e 8008214903 acordados com a CEMIG em 14/09/2012, conforme demonstramos a seguir:

Dívida Consolidada	662.161
(-) Pagamentos de parcelas no exercício	(353.112)
Saldo devedor do parcelamento	309.049

NOTA 17 - JUROS A APROPRIAR (Passivo Circulante) - O saldo de R\$ (43.217) em 2013 é referente à apropriação de juros sobre nove parcelas restantes do parcelamento acordado em 14/09/2012 com a CEMIG (Nota 16) que serão pagos até setembro de 2014.

NOTA 18 - PARCELAMENTOS PREVIDENCIÁRIOS E NÃO PREVIDENCIÁRIOS (Passivo Circulante e Não Circulante) - O saldo de R\$ 3.802.003 é composto pelos seguintes parcelamentos:

	Não Previdenciários	Previdenciários
Dívida Consolidada	1.168.237	2.111.683
(-) Pagamentos de parcelas no exercício	(123.125)	(262.688)
(+) Apropriação de juros Selic e multa	272.429	635.467
Saldo devedor do parcelamento	1.317.541	2.484.462

Dividido em:	
Passivo Circulante	297.586
Exigível em Longo Prazo	1.019.955
	2.134.312

Foram transferidos da conta INSS a Recolher para a conta Parcelamento Previdenciário o saldo parcial de R\$ 801.814,85 referente a débitos de INSS do período 11/2012 a 03/2013. Este valor encontra-se inscrito em dívida ativa na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN. O processo de negociação do parcelamento ordinário destes débitos relativos às contribuições previdenciárias está em andamento.

NOTA 19 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS / CÍVEIS/ACORDOS TRABALHISTAS (Passivo Circulante) - A Companhia mantém a provisão para contingências de R\$ 5.230.039, sendo: R\$ 77.430 de contingências trabalhistas em curto prazo e R\$ 5.152.609 de ações cíveis. Nas ações cíveis os valores provisionados mais relevantes são: R\$ 1.500.000 do imóvel da CASEMG de Três Pontas, onde a concorrência fora anulada e a Companhia ainda não devolveu o valor pago e R\$ 2.825.710 do reconhecimento da dívida com dois clientes da Unidade de Paracatu.

Também estão registrados no Passivo Circulante os saldos remanescentes de acordos trabalhistas no valor de R\$ 64.495.

NOTA 20 - REVERSÃO DE PROVISÕES CONSTITUÍDAS (Redutora de Despesas Administrativas) - O saldo em 2013 de R\$ 2.296 refere-se à reversão de provisão de perdas no recebimento de créditos oriunda de recebimento de cliente.

NOTA 21 - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS (Conta de Resultado) -

O saldo registrado em 2013 de R\$ 41.594 é demonstrado pelo quadro abaixo, sendo o de maior relevância: Pis/Cofins de R\$ 39.442 calculados sobre as receitas provenientes de Concessão de Direito Real de Uso.

	2013	2012
Descontos concedidos	1.563	22
PIS/COFINS sobre demais receitas	39.442	29.243
Perdas no recebimento de créditos	589	10.113
TOTAL	41.594	39.378

NOTA 22 - CAPITAL SOCIAL - Em dezembro de 2013, o capital social de R\$ 26.814.711, é formado por 94,87% em ações ordinárias e 5,12% em ações preferenciais sem valor nominal, cuja composição acionária é a seguinte: Governo Federal (92,6%); CONAB (7,05%); BDMG (0,21%); Outros (0,14%).

NOTA 23 - AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - Em 2013, houve ajustes de exercícios anteriores no período de R\$ 7.971. O lançamento ocorreu para regularizar o saldo da conta Serviços Avulsos Sindicalizados devido à contabilização em duplicidade de uma fatura na Unidade de Capinópolis em 15/12/2012.

NOTA 24 - DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS - Os saldos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 se referem às despesas financeiras pagas ou incorridas, deduzidas das receitas financeiras, conforme demonstramos abaixo:

	2013	2012
Despesas Financeiras	(1.303.388)	(529.787)
Juros pagos ou incorridos	(766.087)	(205.821)
Multas dedutíveis e indedutíveis	(519.697)	(304.489)
Comissões, despesas bancárias e outras	(17.604)	(19.477)
Receitas Financeiras	41.908	146.421
Taxa de Permanência	34.157	104.846
Apropriação de juros e multas	74	35.689
Renda de aplicação financeira	7.677	5.886
Total	(1.261.480)	(383.366)

Em 2013, os juros contabilizados mais relevantes decorrem de Parcelamentos, sendo: R\$ 125.912 sobre a dívida da Lei 11.941/2009; R\$ 57.528 dos contratos de parcelamentos com fornecedor; R\$ 387.531 do Parcelamento Previdenciário e R\$ 118.535 do Parcelamento Não Previdenciário.

As multas contabilizadas são oriundas principalmente dos Parcelamentos Previdenciários: R\$ 247.935 e Não Previdenciários: R\$ 153.894 e o restante são sobre impostos e fornecedores pagos em atrasos no exercício.

NOTA 25 - DOS RESULTADOS - Em 2013 causaram impacto negativo no Resultado do Exercício principalmente o montante de R\$ 2.534.371 proveniente de contingências cíveis registradas nas Despesas Administrativas, e ainda as despesas com depreciação de R\$ 3.049.961 registradas em Custos Operacionais e Despesas Administrativas.

NOTA 26 - REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS - Os valores da maior e menor remuneração dos Administradores da Companhia são R\$ 10.362 e R\$ 9.395 respectivamente, e dos empregados são R\$ 10.179 e R\$ 634, respectivamente.

NOTA 27 - EVENTOS SUBSEQUENTES A DATA DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO QUE POSSAM A VIR A TER EFEITO RELEVANTE SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA - Processo do imóvel da CASEMG em Três Pontas/MG: Devido à concorrência anulada do armazém, onde o comprador terá que devolver à CASEMG o imóvel, esta companhia peticionou nos autos da ação que julgou nula a licitação, pleiteando um crédito que totalizava em dezembro de 2012 o montante de aproximadamente R\$ 8.000.000 (oito milhões de reais) alusivo à utilização pelo comprador do imóvel após a anulação da licitação, onde não houve a devida contrapartida financeira. O processo tramita sem julgamento final de mérito.

Processo do imóvel da CASEMG em Ipanema/MG: Após tramitar pela Comarca de Ipanema, obteve-se procedência em favor da Companhia, culminado no Precatório 13/2001. Os valores em favor da CASEMG, perfazem o montante de aproximadamente R\$ 2.942.087,00 (dois milhões, novecentos e quarenta e dois mil e oitenta e sete reais) em dezembro de 2013. Permanecem as tratativas de acordo com o Município. De toda forma, a Companhia aguarda a decisão do juiz titular da Vara de Precatórios de Belo Horizonte para considerar o valor como efetivo crédito.

NOTA 28 - CONTABILIZAÇÃO DA CONTA ESTOQUE DE TERCEIROS - Em 2013, retiramos das demonstrações contábeis a conta estoque de terceiros do grupo do ativo e passivo, a alteração se deveu devido a conta não pertencer às contas patrimoniais. O registro é passível de controle somente em contas de compensação.

Francisco Oséas Corrêa Valadares Diretor-Presidente	Vanda Lúcia Batista Diretora Administrativa e Financeira
Júlio Marcos Mourthé Edmundo Diretor Técnico-Operacional	
Contador Marcelly Aparecida da Silva CRC: MG: 087817/O -3	

PARECER DO CONSELHO FISCAL	
Após a análise do Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras e com fulcro nos relatórios e pareceres da Auditoria Interna e da Auditoria Independente, o Conselho Fiscal emitiu o seguinte parecer: “O CONSELHO FISCAL DA CAMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – CASEMG, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Balanço Patrimonial, as respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício, as Mutações do Patrimônio Líquido, as Notas Explicativas e o Relatório da Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Tendo por base o Parecer dos Auditores Independentes, STAFF AUDITORIA E ASSESSORIA EPP, manifesta-se pelo encaminhamento da documentação à Assembléia Geral dos Acionistas, por entender que as demonstrações refletem em todos os aspectos relevantes, as situações patrimonial, financeira e de gestão da Empresa, ressalvadas as recomendações que foram efetuadas pelo CONFIS, nas Atas 153ª e 154ª, 155ª e 156ª, cujos atos praticados pelos gestores, à época dos fatos, poderão impactar negativamente na situação patrimonial e econômico financeira da empresa. Belo Horizonte, 20 de março de 2014”.	
(a.) Manuel Vitorino Sousa Neto Conselheiro	(a.) Ricardo Cardoso Alves Meirelles Conselheiro
(a.) José Carlos de Andrade Conselheiro	(a.) Edilson Rodrigues Tavares Conselheiro

Ilmos. Senhores Acionistas e Administradores da COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – CASEMG.
BELO HORIZONTE/MG
Exame das Demonstrações Contábeis
Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – CASEMG que compreendem o Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2013, e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.
Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Contábeis: A Administração da COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – CASEMG é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos Controles Internos que foram determinados pela mesma, como sendo necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Contábeis que não apresentem distorção relevante.
Responsabilidade dos Auditores Independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as Demonstrações Contábeis com base em nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sendo que tais normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estejam livres de distorção relevante.
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente da causa. Nessa avaliação de riscos o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e apresentação de tais demonstra-

ções. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação dos procedimentos e práticas contábeis utilizados, bem como a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração.
PARÁGRAFO DE RESSALVA - A Administração da Entidade não efetuou o teste de recuperação dos valores registrados no imobilizado e intangível, bem como a determinação das novas taxas de depreciação, do valor residual e do tempo de vida útil remanescente, conforme descrito no CPC 27, com objetivo de assegurar que os citados ativos não estejam registrados por valores superiores àqueles passíveis de serem recuperados no tempo pelo uso nas operações da Entidade ou pela sua venda. O cálculo da depreciação não foi efetuado conforme as normas contábeis vigentes. Consequentemente não foi possível mensurar os efeitos da não adoção do CPC 27 e IPC 10 no resultado do exercício e no patrimônio líquido.
Descrição dos Procedimentos da Auditoria: Os exames foram conduzidos de acordo com as normas Brasileiras e Internacionais de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Empresa; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e informações contábeis divulgadas; (c) a avaliação das práticas e da razoabilidade das estimativas contábeis mais representativas, adotadas pela administração da entidade e dos riscos de distorção relevante das Demonstrações Contábeis, independente da causa, sendo que nessa avaliação de riscos, os controles internos são relevantes para elaboração das Demonstrações Contábeis e planejamento de procedimentos aplicáveis nas circunstâncias, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
Acreditamos que as evidências obtidas através da auditoria realizada, são suficientes para fundamentar nossa opinião.
Opinião - Em nossa opinião, ressalvados os efeitos do que possa advir do contido no Parágrafo de Ressalva acima, as demonstrações contábeis supra citadas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam de forma correta e adequada, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE

MINAS GERAIS – CASEMG em 31 de dezembro de 2013, o resultado de suas operações, as variações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa, referentemente ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis, adotadas no Brasil.

As Demonstrações Financeiras do exercício anterior foram auditadas por outros auditores que emitiram opinião com ressalva em 07 de março de 2013.

EVENTO SUBSEQUENTE – Paragrafo de Ênfase: Processo do imóvel da CASEMG em Três Pontas/MG: Devido à concorrência anulada do armazém, onde o comprador teria que devolver à CASEMG o imóvel, esta companhia peticionou nos autos da ação que julgou nula a licitação, pleiteando um crédito que totalizava em dezembro de 2012 o montante de aproximadamente R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) alusivo à utilização pelo comprador do imóvel após a anulação da licitação, onde não houve a devida contrapartida financeira. O processo tramita sem julgamento final de mérito.

Processo do imóvel da CASEMG em Ipanema/MG: Após tramitar pela Comarca de Ipanema, obteve-se procedência em favor da Companhia, culminado no Precatório 13/2001. Os valores em favor da CASEMG, perfazem o montante de aproximadamente R\$ 2.942.087,00 (dois milhões, novecentos e quarenta e dois mil e oitenta e sete reais) em dezembro de 2013. Permanecem as tratativas de acordo com o Município. De toda forma, a Companhia aguarda a decisão do juiz titular da Vara de Precatórios de Belo Horizonte para considerar o valor como efetivo crédito.

Brasília, 26 de fevereiro de 2014.	
STAFF AUDITORES E CONSULTORES S/S CRC/RS.004632/O CNPJ 09.285.766/0001-34	
Francisco Inácio de Assis Rodrigues Contador CRC/RS 027020/O-1 Responsável Técnico. CNAI 231	
	